



Relatório da Diretoria: Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., os Balanços Patrimoniais, levantados em 31/12/2014 e 31/12/2013, bem como as Demonstrações de Resultados, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, os quais se acham acompanhados do parecer de Auditoria. Em função da conversão da MP 627 na Lei nº 12.973/14, confirmando a revogação do regime tributário de transição (RTT) a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014, a Minas Arena efetuou análise dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova Lei e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Colocamo-nos à disposição dos Prezados Acionistas para os esclarecimentos que fizerem necessários. Belo Horizonte, 08 de abril de 2014. A Diretoria.

MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.
CNPJ nº 13.012.956/0001-55

Balanço Patrimonial (Em milhares de reais)				Demonstração do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)				Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2014	31/12/2013		Nota	31/12/2014	31/12/2013
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	261	1.073	Fornecedores	10	11.137	7.394
Ativo financeiro de concessão	5	124.567	131.194	Empréstimos e financiamentos	11	75.341	103.016
Contas a receber de clientes	6	8.290	4.842	Obrigações e encargos trabalhistas		1.619	1.192
Adiantamentos a fornecedores		91	77	Impostos e contribuições a recolher		859	3.088
Impostos e contribuições a recuperar	7	12.069	13.211	Outras obrigações a pagar		1.648	3.153
Estoques		556	217			90.604	117.843
Prêmios de seguro a vencer		214	47				
Outras contas a receber		-	569				
		146.048	151.230				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	11	356.147	393.735
Ativo financeiro de concessão	5	629.550	664.907	Tributos diferidos	12	13.818	12.936
Outros ativos não circulantes		84	-	Adiantamentos para futuro aumento de capital	13	8.438	13
		629.634	664.907	Provisão para contingências	14	349	27
		4.430	4.186	Outros passivos não circulantes		7	-
Imobilizado	8	42.024	40.141			378.759	406.711
Intangível	9	676.088	709.234				
		822.136	860.464				
Total do ativo		822.136	860.464	Patrimônio líquido	15	246.405	246.405
				Capital social		106.368	89.505
				Reserva de lucros		352.773	335.910
						822.136	860.464
				Total do passivo e patrimônio líquido		822.136	860.464

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)						
Em 1º de janeiro de 2013	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total	
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária		Reserva de subvenção	
Resultado abrangente do exercício	192.000	1.408	26.593	23.189		243.190
Lucro líquido do exercício						38.315
Total do resultado abrangente do exercício						38.315
Contribuição dos acionistas						54.405
Aumento de capital	54.405				(1.916)	54.405
Constituição da reserva legal		1.916			(59.588)	
Transfêrencia entre reservas					(61.504)	
Total da contribuição dos acionistas	54.405	1.916	59.588	59.588	(61.504)	54.405
Em 31 de dezembro de 2013	246.405	3.324	26.593	59.588		335.910
Resultado abrangente do exercício						16.863
Lucro líquido do exercício						16.863
Total do resultado abrangente do exercício						16.863
Contribuição dos acionistas						842
Constituição da reserva legal		842			(842)	
Transfêrencia entre reservas					(16.021)	
Total da contribuição dos acionistas	246.405	842	16.021	16.021	(16.863)	
Em 31 de dezembro de 2014	246.405	4.166	26.593	75.609		352.773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais: A Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. ("Minas Arena" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Antonio Abrahão Caram, 1001 - Pampulha, Belo Horizonte, MG. A Companhia foi constituída em 13 de dezembro de 2010 com o objeto social específico e exclusivo a operação e manutenção do Estádio Governador Magalhães Pinto ("Estádio" ou "Mineirão") e as áreas anexas ao Estádio, precedidas de obras de reforma, renovação e adequação, podendo ainda explorar fontes de receitas complementares, acessórias ou de projetos associados, conforme edital de licitação concorrência nº 02/2010-SEPLAG/MG, publicado pelo Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, e nos termos do contrato de concessão administrativa (contrato de concessão). A Companhia é controlada em conjunto pela Construcap CCPS - Engenharia e Comércio S.A., pela Egessa Engenharia S.A. e Hap Engenharia Ltda. **Contrato de Concessão** - O Contrato de Parceria Público Privado ("PPP"), na modalidade de concessão administrativa para reforma e operação do Mineirão, foi firmado em 21 de dezembro de 2010, entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG (Poder Concedente) e a Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A. (cessionário). O prazo de concessão é de 27 anos. As obras de construção foram concluídas em 21 de dezembro de 2012. A referida concessão tem por finalidade permitir ao concessionário recuperar o investimento feito na reforma do Mineirão, não coberto totalmente pela contraprestação pública. Consequentemente, a concessionária explora economicamente o estádio e os bens móveis e imóveis que o integram. A referida obra preenche os requisitos impostos pela FIFA e pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014 para receber tanto as partidas da Copa do Mundo de 2014 quanto a Olimpíada de 2016. Em 2014 o Mineirão recebeu a Copa do Mundo. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Diretoria, em 8 de abril de 2015. As referidas demonstrações financeiras foram submetidas para aprovação do Conselho de Administração que irá enviar as mesmas para aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

2 Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição contrário. **2.1 Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e, ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações** - O seguinte pronunciamento foi adotado pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2014 e teve impacto para a Companhia. • O CPC 07 - "Evidência na Divulgação dos Relatórios Contábeis-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas. Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 1º de janeiro de 2014 não são relevantes para a Companhia. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. No caso de utilização de contas garantidas, o saldo apresentado líquido na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas, quando existentes, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante. **2.4 Instrumentos financeiros - 2.4.1 Ativos financeiros - classificação** - A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Nos períodos apresentados, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. **2.4.2 Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração** - As compras e vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no resultado financeiro no período em que ocorrem. **2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência. **2.4.4 Impairment de ativos financeiros - Ativos mensurados ao custo amortizado** - A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação

de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.5 Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela exploração das fontes de receita do Estádio. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou impairment). **2.6 Imobilizado** - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Equipamentos em geral	10
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Equipamentos de informática	5
Veículos	4

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.7 Ativos intangíveis** - São registrados como ativos intangíveis as benfeitorias nos bens de terceiros realizadas após a conclusão das obras do Mineirão e que poderão vir a ser reversíveis ao poder concedente no final do contrato. Os ativos intangíveis são amortizados pelo prazo de duração do contrato de concessão firmado entre a Minas Arena e o Poder Concedente. **2.8 Impairment de ativos não financeiros** - Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. **2.9 Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. **2.10 Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de eventuais prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.12 Reconhecimento da receita** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir: (a) **Recita de serviços** - A receita de prestação de serviços relacionados a operação e exploração do Mineirão, como a realização de eventos, atividades esportivas (jogos de futebol), cessão de uso do espaço (shows), serviços de veiculação de publicidade nos telões localizados no estádio e outras decorrentes da exploração das fontes de receita do Estádio é reconhecida no período em que os serviços são prestados, utilizando o regime de competência. (b) **Recita financeira** - A receita financeira decorrente do ativo financeiro é reconhecida pelo método linear com base no tempo e taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva foi apurada com base no fluxo de caixa descontado considerando os desembolsos efetuados para execução das obras de reforma, renovação e adequação do Mineirão e os recebimentos de caixa futuros estimados durante o

Demonstração do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Receita	16	112.804	155.505
Custos dos serviços prestados	17	(33.527)	(64.178)
Lucro bruto		79.277	91.327
Recitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(14.949)	(14.959)
Outras recitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(14.949)	(14.930)
		64.328	76.397
Lucro operacional			
Resultado financeiro			
Recitas financeiras	18	372	4.548
Despesas financeiras	18	(47.152)	(41.994)
		(46.780)	(37.446)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		17.548	38.951
Imposto de renda e contribuição social	19	(685)	(636)
Lucro líquido do exercício		16.863	38.315

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	2014	2013	
Lucro líquido do exercício	16.863	38.315	
Total do resultado abrangente do exercício	16.863	38.315	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstração dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	2014	2013	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.548	38.951	
Ajustes para conciliar o resultado			
Depreciação e amortização	2.311	1.505	
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	36.657	38.185	
Receita financeira sobre ativo financeiro de concessão	(62.666)	(84.307)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	200	469	
Provisão para contingências	322	27	
Tributos diferidos (PIS e COFINS)	197	246	
Perda na baixa de imobilizado	84	-	
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Ativo financeiro de concessão	104.650	86.754	
Contas a receber de clientes	(3.648)	(5.311)	
Adiantamentos a fornecedores	(14)	300	
Impostos e contribuições a recuperar	1.142	(12.250)	
Estoques	(339)	(217)	
Outros ativos	318	(616)	
Fornecedores	3.743	(25.155)	
Obrigações e encargos trabalhistas	427	886	
Impostos e contribuições a recolher	(2.229)	1.585	
Outros passivos	(1.498)	(1.232)	
Caixa aplicado nas operacionais	97.205	39.820	
Juros pagos	(41.877)	(40.268)	
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	55.328	(4.448)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Compras de imobilizado	(2.603)	(3.466)	
Compras de intangível	(1.919)	(41.227)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4.522)	(44.693)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	2.022	144.497	
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(62.065)	(144.200)	
Integralização de capital		39.838	
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.425	-	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(51.618)	40.135	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(812)	(5.006)	
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	1.073	6.079	
No final do exercício	261	1.073	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(812)	(5.006)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

prazo de concessão. **2.13 Distribuição de dividendos** - A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.14 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor** - As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). • **IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes"** - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção. • **IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"** aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abrange as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e

6 Contas a receber de clientes					31/12/2014		31/12/2013	
Contas a receber de clientes faturados					5.038		5.311	
Contas a receber de clientes a faturar					3.921			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa					(669)		(469)	
					8.290		4.842	

Valores a receber do Cruzeiro Esporte Clube					31/12/2014		31/12/2013	
Vencidos em 2013					1.645			
Vencidos em 2014					3.890			
Total					5.535			

Os valores receber do Cruzeiro Esporte Clube encontram-se em negociação. A administração não tem expectativa de perda desses valores. Corresponderam aos valores a receber pela exploração das fontes de receita do Estádio, bem como as despesas incorridas por conta do Cruzeiro Esporte Clube.

7 Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/2014		31/12/2013	
PIS a recuperar	1.744		2.484	
COFINS a recuperar	7.511		7.558	
IRRF	2.209		3.010	
Outros	605		159	
	12.069		13.211	

8 Ativo imobilizado		Taxa anual de depreciação		31/12/2013		Adições		Baixas		Transfere- rência		31/12/2014	
Custo													
Equipamentos em geral		2.392		462		(1.690)						1.164	
Móveis e utensílios		1.592		261		(1.677)		(1)				3.529	
Instalações		248				(55)						193	
Equipamentos de informática		321		152		(107)						366	
Veículos		47										47	
Outros		37		1.728		(1.654)						111	
		4.637		2.603		(108)		(1.722)				5.410	
Depreciação acumulada													
Equipamentos em geral	10%	(206)		(85)							150	(141)	
Móveis e utensílios	10%	(173)		(358)				24			(142)	(649)	
Instalações	10%	(21)		(19)							10	(30)	
Equipamentos de informática	20%	(45)		(70)							(115)	(115)	
Veículos	25%	(6)		(12)							(18)	(18)	
Outros	20%			(9)							(18)	(27)	
		(451)		(553)				24				(980)	
		4.186		2.050				(84)				(1.722)	
													4.430

9 Ativo intangível		Taxa anual de amortização		31/12/2013		Adições		Transfere- rência		31/12/2014	
Custo											
Softwares				184		4					188
Beneficiárias em imóveis de terceiros				41.043		1.915		1.722			44.680
				41.227		1.919		1.722			44.868
Amortização acumulada											
Softwares	20%			(24)		(36)					(60)
Beneficiárias em imóveis de terceiros	4%			(1.062)		(1.722)					(2.784)
				(1.086)		(1.758)					(2.844)
				40.141		161		1.722			42.024

10 Fornecedores		31/12/2014		31/12/2013	
Fornecedores de materiais		9.723		7.334	
Fornecedores de serviços				53	
Outros fornecedores		1.361		60	
Medições a faturar				11.137	
		11.137		7.394	

11 Empréstimos e financiamentos		Encargos		31/12/2014		31/12/2013	
Crédito industrial - BNDES	TJLP + 2,34% a.a.			394.977		406.106	
Banco Votorantim	CDI + 2,00% a.a.			56.148		56.148	
Banco Itaú	CDI + 3,79% a.a.			10.000		10.000	
Banco Bradesco	CDI + 3,54% a.a.			26.511		24.497	
				431.488		496.751	
Circulante				75.341		103.016	
Não circulante				356.147		393.735	
				431.488		496.751	

Garantias - Os empréstimos e financiamentos estão garantidos substancialmente por:

- Direito de recebimento da integralidade da receita da beneficiária.
- Todos os demais direitos da beneficiária emergentes sob contrato de PPP.
- Totalidade dos direitos creditórios, presentes ou futuros, detidos pela beneficiária.

Escalação dos empréstimos e financiamentos - Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/12/2014		31/12/2013	
2015		37.606		37.606
2016		37.588		37.588
2017 e acima		318.559		318.541
		356.147		393.735

Cláusulas restritivas - Os contratos de empréstimos e financiamentos contêm cláusulas restritivas que impedem alteração de controle societário e incidência de ações judiciais envolvendo a Companhia, sujeito à antecipação dos contratos. Ademais, há restrição na distribuição de dividendos. A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos que possuam cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros sobre as operações contratadas cujo descumprimento torne automaticamente exigível o pagamento da dívida.

MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.

CNPJ nº 13.012.956/0001-55

12 Tributos diferidos		31/12/2014		31/12/2013	
Imposto de renda		7.353		6.850	
Contribuição social		2.648		2.466	
		10.001		9.316	
PIS		681		962	
COFINS		3.136		2.658	
		13.818		12.936	

Os impostos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais. As diferenças temporárias são decorrentes da aplicação do CPC 17 - Contrato de Construção e ICPC 01 - Contrato de Concessão.

13 Partes relacionadas:

(a) Passivo não circulante - Adiantamento para futuro aumento de capital		31/12/2014		31/12/2013	
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.		8.115		10	
Egesa Engenharia S.A.		2		3	
Hap Engenharia Ltda.		321			
		8.438		13	

(b) Remuneração da administração - A remuneração da administração está registrada no grupo de despesas administrativas e totaliza R\$ 1.577 em 31 de dezembro de 2014 (2013-R\$ 821).

14 Provisão para contingência: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos. Em 31 de dezembro de 2014, segundo os assessores jurídicos, haviam processos de natureza cível com estimativa de perda provável no montante de R\$ 349 (2013 - R\$ 27), os quais se encontram devidamente provisionados e referem-se a reclamações trabalhistas e indenizatórias. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável, não provisionados, no montante aproximado de R\$ 823 (2013 - R\$ 2.374), referente a ações cíveis e trabalhistas.

15 Patrimônio líquido: (a) Capital social - Capital autorizado - A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 250.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações preferenciais e ordinárias a serem emitidas e preço de emissão. Capital integralizado - O capital integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é de R\$ 246.405 representado pelo valor nominal de R\$ 30,00 cada, tendo sido integralizados até 31 de dezembro de 2014 e 2013, o total de 8.214 mil ações. Estas ações foram integralizadas na proporção, conforme tabela a seguir:

	Quantidade de ações (em milhares)	Valor do capital social
Construcap CCPS Engenharia e Comércio. S.A.	4.830	144.912
Egesa Engenharia S.A.	2.066	61.971
Hap Engenharia Ltda.	1.318	39.522
	8.214	246.405

(b) Reserva legal - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. (c) Reserva estatutária - O lucro líquido apurado no exercício, após a destinação a reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para contingências, à retenção de lucros previstos em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral de acionistas ou à reserva de lucros a realizar. (d) Reserva de subvenção - Reserva de retenção dos valores relacionados aos aportes do Poder Público para as obras de reforma, renovação e adequação do Estádio constituída nos termos da lei aplicável. (e) Dividendos - A Companhia distribuirá, no mínimo, um dividendo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6404/76.

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício	16.863	38.315
Constituição da reserva legal	(842)	(1.916)
Transferência para reserva de subvenção	(16.021)	(36.399)
Base de cálculo para os dividendos mínimos		

16 Receita: A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	2014	2013
Receita de operação (a)	53.754	93.110
Atualização do ativo financeiro (b)	71.389	79.884
Impostos e contribuições	(12.339)	(17.489)
	112.804	115.505

(a) A receita de operação reflete os valores arrecadados a título de parcelas pecuniárias previstas no contrato de concessão, bem como a venda de ingressos para partidas de futebol, a realização de eventos comerciais, aluguel de áreas e instalações e exploração de outras fontes de receita do Estádio. (b) Refere-se à atualização do ativo financeiro de concessão com base na aplicação da taxa de retorno estimada sobre o saldo em aberto do ativo financeiro.

17 Custos e despesas por natureza

	2014	2013
Pessoal	(13.580)	(10.833)
Serviços públicos	(2.227)	(3.316)
Despesa com manutenção	(14.885)	(8.733)
Serviços de terceiros	(7.298)	(20.452)
Despesas com aluguel de equipamentos	(1.532)	(26.238)
Fidelização		(2.000)
Materiais	(1.177)	(1.289)
Taxas	(1.033)	(736)
Depreciação e amortização	(2.311)	(1.505)
Propaganda e publicidade	(250)	(519)
Despesas tributárias	(42)	(124)
Outros	(4.141)	(3.363)
Total do custo e despesas administrativas	(48.476)	(79.108)
Custos dos serviços prestados	(33.527)	(64.178)
Despesas gerais e administrativas	(14.949)	(14.959)
Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas		29
	(48.476)	(79.108)

18 Resultado financeiro		2014		2013	
Receita financeira					
Juros sobre aplicação financeira		1		79	
Juros de mora e descontos obtidos		25		46	
Varição monetária ativa		346		4.423	
Outras receitas financeiras		372		4.548	
Despesa Financeira					
Despesas e comissões bancárias		(335)		(530)	
Juros sobre empréstimos e financiamentos		(36.657)		(38.185)	
Juros de mora		(530)		(1.313)	
Varição monetária passiva		(8.722)		(908)	
Outras despesas financeiras		(908)		(1.966)	
		(47.152)		(41.994)	
		(46.780)		(37.446)	

Resultado financeiro

19 Imposto de renda e contribuição social:		31/12/2014		31/12/2013	
(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12)					
Ativo					
Prejuízo fiscal e base negativa		4.285		4.263	
		4.285		4.263	

Passivo

Margem de construção		10.831		11.769	
Diferimento da margem de remuneração		3.455		1.810	
		14.286		13.579	
		10.001		9.316	

IR/CS diferido passivo, líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. (b) Reconciliação do resultado de imposto de renda e da contribuição social - A reconciliação entre o resultado de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.548	38.951
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(5.966)	(13.243)
Exclusões permanentes	30.845	38.161
Adições permanentes	(1.098)	(1.239)
IR/CS sobre adições temporárias não constituídos	(177)	(169)
IR/CS sobre prejuízo fiscal e base negativa não constituídos	(24.289)	(24.146)
Encargo fiscal	(685)	(636)

(c) Lei no 12.973/14 - Em 13 de maio de 2014 a Medida Provisória no 627 foi convertida na Lei no 12.973/14, confirmando a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014. A Companhia concluiu a análise dos impactos advindos das disposições contidas na referida Lei, tanto em suas demonstrações financeiras, como em sua estrutura de controles internos. Considerando que o resultado dessa análise não apresentou efeitos tributários materiais, a companhia decidiu não antecipar a adoção das regras e disposições previstas na nova legislação no exercício de 2014.

20 Gestão de risco financeiro: 20.1 Fatores de risco financeiro - As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada pela tesouraria, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. Risco de mercado - Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: A Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo. Os empréstimos e financiamentos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e financiamentos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante 2014 e 2013, os empréstimos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais. Risco de crédito - O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos em bancos bem como de exposições de crédito a clientes. A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência superior ao valor já provisionado. Risco de liquidez - A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias legais. O excesso de caixa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. 20.2 Gestão de capital - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 podem ser assim sumarizados:

	31/12/2014	31/12/2013
Total dos empréstimos e financiamentos	431.488	496.751
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(261)	(1.073)
Dívida líquida	431.227	495.678
Total do patrimônio líquido	352.773	335.910
Capital total (patrimônio líquido + dívida líquida)	784.000	831.588
Índice de alavancagem financeira - %	55,0%	59,6%